

Benefícios podem ficar sem o mínimo

BRASÍLIA — Apesar do déficit de NCz\$ 2,8 bilhões no orçamento da Previdência Social registrado até agora, o ministro Jader Barbalho garantiu que não faltarão recursos para pagar os benefícios dos segurados até o final do ano. Explicou, porém, que a Previdência não terá qualquer condição de garantir aos segurados o aumento real concedido ao salário mínimo, sob pena do déficit ficar ainda muito maior. Por esta razão, segundo ele, o governo encaminhou ao Congresso, na última sexta-feira, medida provisória desvinculando o reajuste dos benefícios do salário mínimo.

Barbalho culpou o Congresso de não ter aprovado o Plano de Custeio e Benefícios, cujo prazo previsto era até o próximo dia 5, e que desvincula esses pagamentos do salário mínimo, entre outras medidas. Segundo o ministro, há duas opções: ou aporta recursos do Tesouro para a Previdência ou emite títulos da dívida pública. Ele disse, no entanto, que o governo está resistindo em emitir títulos.

Munido de várias tabelas para explicar as razões que levaram a Previdência a apresentar o déficit que chegou a NCz\$ 11 bilhões em agosto e agora caiu para NCz\$ 2,8 bilhões, ele disse que a queda foi conseguida porque o Tesouro assumiu o pagamento dos funcionários da Previdência. Com isto, os gastos se reduziram em NCz\$ 3 bilhões. O Tesouro fez também uma suplementação de recursos de NCz\$ 5,2 bilhões para a Previdência.

Barbalho criticou o Congresso por, durante a votação do Orçamento Geral da União de 1989, ter destinado quase todos os recursos do Finsocial para o Ministério da Fazenda, e não para a Previdência, que ficou com apenas 1,75% do total. Ao invés de repassar as verbas, o governo utilizou parte da arrecadação do fundo, que obrigatoriamente deveria estar no caixa da Previdência, para pagamento de benefícios e aposentadorias dos funcionários da União que não contribuem.